

---

Dossiê

**A TENSÃO INTRÍNSECA À PROTEÇÃO E À MANUTENÇÃO DO  
TERRITÓRIO COMUNITÁRIO EM FORMAS NÃO CONVENCIONAIS DE  
ORGANIZAÇÃO: OS FAXINAIS**

Antônio João Hocayen da Silva  
Professor Assistente do curso de Administração  
na Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO

Fabio Vizeu  
Professor Adjunto do Mestrado em Administração da Universidade Positivo.  
Doutor em Administração pela EAESP/FGV.

Rene Eugenio Seifert  
Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná/UTFPR, Pesquisador do  
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais – IBEPES.  
Doutor em Administração pela Universidade de Birmingham – Inglaterra.

**RESUMO**

A partir desse estudo o propósito central é compreender a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais do Paraná. Esforço que se apresenta relevante tendo em vista que os pressupostos de desenvolvimento, de crescimento e de progresso conflitam com a percepção e o significado de convívio coletivo e de uso comunitário do território atribuído aos faxinalenses. Para sua consecução o estudo iniciou-se com levantamento e organização de material documental, cuja composição final foi de 101 documentos e 10 materiais áudio visuais. Em complemento ao levantamento e organização de registros históricos, foram realizadas 12 entrevistas com faxinalenses e 3 com agentes públicos. Os dados, considerando as seis temáticas finais do estudo, foram analisados pela técnica de análise social do discurso. Considerando-se a realidade investigada, foi possível constatar a manifestação da tensão intrínseca à proteção e à manutenção do território comunitário, atrelada ao discurso da mobilização e resistência. Conclui-se que a lógica comunitária arraigada nas Comunidades Tradicionais de Faxinais se constitui de forma muito próxima ao que Guerreiro Ramos (1989) conceitua como vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva, e se contrapõe aos pressupostos econômicos de desenvolvimento, crescimento e progresso que orientam o modo de organização social presente na Sociedade de Mercado.

**Palavras-Chave:** Formas Não Convencionais de Organização; Comunidades Tradicionais de Faxinais; Desarticulação do Território; Movimento Coletivo de Reação.

## **THE INTRINSIC TENSION TO THE PROTECTION AND MAINTENANCE OF THE COMMUNITY TERRITORY IN NON-CONVENTIONAL ORGANIZATION FORMS: THE FAXINAIS**

### **ABSTRACT**

The current study aims to understand the manifestation and implications of the tension between substantive rationality and instrumental rationality within traditional Faxinal communities of Paraná. This is a relevant effort since the development, growth and progress assumptions conflict with the perception and meaning of collective conviviality and community use of the territory assigned to Faxinal people. Initially, the current study surveyed and organized a documentary material which final composition was of 101 documents and 10 audio-visual materials. In addition to surveying and organizing historical records, 12 interviews were done with Faxinal people and 3 with public officials. Data were analyzed using speech social analysis technique. By taking under consideration the investigated reality, it was possible to see the manifestation of the tension inherent to the protection and maintenance of culture and territory, linked to the mobilization and resistance discourse. It is concluded that the community approach rooted in traditional Faxinal communities is very close to what Guerreiro Ramos (1989) defines as associated human life based on substantive rationality, and is opposed to the economic assumptions of development, growth and progress that guide the social organization form in the Market Society.

**Keywords:** Non-Conventional Organization Forms; Traditional Faxinal Communities; Territorial disarticulation; Collective Reaction Movement.

### **Introdução**

O pensamento desenvolvimentista tornou-se dominante em decorrência da crença de que os benefícios resultantes seriam democráticos, atingindo indistintamente indivíduos em diferentes contextos sociais (GUIMARÃES, 2002). Associado a ideia de prosperidade, esse processo ideológico acabou por se cristalizar numa lógica alicerçada na busca pelo crescimento econômico (SCHUMACHER, 1977). No entanto, a promessa que acompanha o discurso de desenvolvimento, embora seja cada vez mais difundida não atinge todos no mundo de forma igualitária. Atende a pequena parcela da Sociedade (SANTOS, 2010). Na verdade, a prosperidade do crescimento e desenvolvimento não é distribuída uniformemente nem nas regiões mais ricas, quem dirá em contextos periféricos à lógica de acumulação de capital. Mesmo assim, reforça os limites determinantes da distinção entre centro e periferia (ANDRADE, 1974).

Neste sentido, contextos sociais tradicionais são vistos como empecilhos para a consecução dos planos de expansão do modelo capitalista de produção, uma vez que se mantêm alheios aos seus

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

ditames centrais, organizando-se a partir de sua própria lógica. Todavia, o que se observa é que a lógica utilitarista defendida por governantes e corporações capitalistas se torna perniciosa. Representa o enfraquecimento da Sociedade por desconsiderar as singularidades de um povo, conduzindo sua população a uma imposição política e econômica de cima para baixo. Ação esta que considera iguais as diferentes arestas da Sociedade, desprezando a multiplicidade cultural e abrindo caminho para a dependência e a dominação (SANTOS, 2007).

Considerando estas contradições no discurso dominante sobre o imperativo do Desenvolvimentismo e sobre a incompatibilidade das Comunidades Tradicionais com os Estudos Organizacionais, partiu-se da ideia de Guerreiro Ramos (1989) de que é possível encontrar em novas referências humanas e sociais princípios proveitosos para esta área acadêmica. Assim sendo, é lançado olhar para experiências comunitárias tradicionais, entendendo-as como importante realidade organizacional a ser investigada pelos pesquisadores desta área. Acredita-se que as comunidades tradicionais comportam um potencial questionador ao modelo organizacional dominante, pois assumem princípios coletivistas relevantes para se pensar na vida humana associada não individualista e não baseada na exclusão. Além disso, a permanência de formas tradicionais na Modernidade pode revelar possíveis caminhos para dar conta de ambas as esferas culturais – a Moderna e a Tradicional. Esse parece ser o caso de um tipo de organização comunitária exclusiva da América Latina, mais precisamente, do sul do Brasil, denominada por Faxinais.

Comunidades Tradicionais de Faxinais representam experiência singular de vida comunitária no meio rural na região sul do país (SILVA, 2005; SCHUSTER, 2010). Construiu-se historicamente uma identidade particular em termos de laços afetivos de convívio e de uso compartilhado do território, em que o ser humano é tomado como essência central das práticas e relações sociais (LÖWEN SAHR, 2008). Entre 1900 e 1950, as comunidades faxinalenses ocupavam 20% do território paranaense e representavam a forma predominante de organização social e de condução das atividades no campo (SILVA, 2005). Tal entendimento surge em função de suas características específicas, já que, nas comunidades faxinalenses, assumidas como Formas Não Convencionais de Organização<sup>1</sup>, instituiu-se a preocupação dos membros do grupo com elementos de uma cultura tradicional (SOUZA, 2009). Conforme Lemes e Löwen Sahr (2005, p. 1), orientam-se por uma

---

<sup>1</sup> Formas Não Convencionais de Organização podem ser entendidas como agrupamentos humanos que expressam um modo de organização, forma de condução das atividades e práticas de produção alinhadas a uma racionalidade substantiva, arraigada a princípios de solidariedade, reciprocidade, redistribuição, domesticidade e convivialidade, além de traços singulares que representem uma identidade cultural própria.

“racionalidade camponesa autosustentável que permite um equilíbrio socioambiental com baixa inserção no mercado capitalista”.

Como sistema singular, Comunidades Tradicionais de Faxinais apresentam características culturais específicas contribuindo para a fixação do homem no campo e para a conservação do meio ambiente e a manutenção da biodiversidade (OLIVEIRA, 2008). Territórios sustentados pelo uso comum da terra – criadouro comunitário – “espaço que reflete a produção consensuada de práticas sociais internas e laços de solidariedade que caracterizam a gestão coletiva do território” (BERTUSSI, 2010, p. 3). Para tanto, às comunidades tradicionais de Faxinais é atribuído o *status* de “manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais” (CAMPIGOTO; BONA, 2009, p. 127) em função das características culturais, sociais e estruturais atribuídas a esse modo peculiar de organização e produção familiar. Da mesma forma, essas práticas coletivistas e ecologicamente orientadas reforçam a ideia mencionada por Polanyi (2000) sobre princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, comuns no cotidiano de povos tradicionais.

Ao longo de sua trajetória histórica, o distanciamento das Comunidades Tradicionais de Faxinais em relação ao modo de produção capitalista foi mantido à medida que seus membros valorizavam sua cultura tradicional. Por esse motivo, comunidades faxinalenses resistiram por mais de um século à colonização do Capital e mantiveram-se marginais aos propósitos utilitaristas da Sociedade de Mercado (SOUZA, 2009). Justifica-se ainda afirmar que essa condição somente foi possível enquanto houve desinteresse dos detentores de capital sobre essas comunidades.

Contudo, cabe considerar a forma de organização dos faxinalenses como exemplo de práxis libertadora, que questiona e coloca sob suspeita a ideia de coletivismo difundida pela Sociedade de Mercado. Como proposto por Esteva (2010) que ao discutir a representação simbólica do termo desenvolvimento atribuiu seu caráter ideológico a multiplicidade de significados destituídos de conteúdo e valor, constituindo numa significativa falácia, que encontra sustentação nos pressupostos do modo de produção capitalista.

Portanto, alheias aos ditames técnicos e estruturais impostos pelos proprietários rurais capitalistas e por agroindústrias, comunidades faxinalenses foram mantidas na invisibilidade (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005; SOUZA; SEIDEL, 2009; SILVA JUNIOR; SOUZA, 2009). Entretanto, por conta da recente expansão do agronegócio capitalista, as Comunidades Tradicionais de Faxinais encontram-se restritas a poucos municípios do Paraná (RUPP; MARTINS, 2008; TOLEDO, 2008; SOUZA; SEIDEL, 2009), vivenciando uma realidade de contradições e de

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

conflitos decorrentes de princípios e de práticas do modelo hegemônico dominado pela racionalidade instrumental.

Desse modo, sob a perspectiva da área de Estudos Organizacionais em Administração, o presente estudo tem como objetivo compreender a contraposição entre ações alinhadas à lógica utilitarista de instituições privadas e do poder público e o modo de vida nos Faxinais, entendida conceitualmente como uma tensão entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva intrínseca à proteção e à manutenção do território comunitário no contexto das comunidades faxinalenses, materializada na imposição de uma série de impactos e conflitos, promotores da inversão de valores.

Para a compreensão do fenômeno, a pesquisa foi guiada por uma postura histórico-crítica inspirada de forma livre e sem rigor em pressupostos das perspectivas da Nova História (LE GOFF, 1998) e do Materialismo Histórico (HOBSBAWM, 1998; BOURDÉ; MARTIN, 1983). A adoção da perspectiva histórico-crítica no estudo das Comunidades Tradicionais de Faxinais tornou-se particularmente desafiadora. Como são descritos, Faxinais constituem forma de vida singular que compõe proposta de convívio social comunitário, atrelado a princípios de organização e manutenção da produção para subsistência.

Em função de sua proposta, este estudo pode ser classificado como de caráter qualitativo (DENZIN; LINCOLN, 2006; SCHWANDT, 2006). Foram adotadas técnicas de coleta e análise de dados que têm como meta gerar resultados a partir de significados contidos no fenômeno estudado, sem a manifestação de preocupações com a frequência que se repetem. Pautou-se, conforme sugere Neuman (1997), pela descrição e compreensão de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade de comunidades faxinalenses, utilizando para tanto um conjunto variado de temáticas conceituais.

Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de levantamento documental (COBERTA, 2003; BERG, 2007) e história oral, por meio de entrevistas. O levantamento documental foi fundamental para o resgate de fatos e acontecimentos, delimitando as condições sociais, econômicas e políticas de diferentes épocas em que ocorreram, bem como o reflexo desses momentos no contexto social e nas transformações percebidas. Como técnica de orientação das entrevistas foi adotada a abordagem da História Oral. Procedimento que se baseou no resgate da memória dos depoentes acerca das experiências vividas, buscando reconstruir os fenômenos sociais (LANG, 1996).

Inicialmente, o foco foi a busca de registros históricos potenciais fontes de informações sobre os processos em análise. Assim, foi organizado um *corpus* de material referente às Comunidades

Tradicionais de Faxinais, composto por 101 registros documentais. Em seguida, as entrevistas foram empreendidas focando diferentes sujeitos de pesquisa que, em maior ou menor grau, vivenciaram fatos relacionados ao processo histórico de desarticulação do modo de vida das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Foram utilizadas 15 entrevistas, sendo 12 com faxinalenses e 3 com agentes públicos.

Os dados coletados foram analisados por meio da interpretação das percepções dos diferentes atores sociais do estudo, a partir da técnica de análise de discurso. Neste sentido, buscando organizar o *corpus* de pesquisa – documentos, entrevistas e materiais audiovisuais – foi adotada a técnica de Mapa de Associação de Ideias conforme Spink e Lima (2000). O Mapa de Associação de Ideias foi utilizado como base para a análise qualitativa de dados, atrelada à perspectiva de interpretação social dos discursos, a qual, conforme Godoi (2010), não representa uma busca pela contabilização dos termos e sim de seus significados no decorrer do discurso.

Finalmente, a análise social do discurso contido no corpus de pesquisa – entrevistas, documentos e materiais audiovisuais – visando compreender a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental no contexto comunitário faxinalense foi conduzida tendo como elementos balizadores, critérios como *expressão linguística*, *expressão de poder*, *conteúdo historicamente circunscrito* e *representação de pessoas e/ou grupos*. Critérios construídos a partir de Spink e Gimenes (1994), Spink e Menegon (2013), Iñiguez (2004), Godoi (2008; 2010), Heracleous (2006), Spink e Frezza (2013) e Spink e Medrado (2013).

Para tanto, o texto está estruturado em cinco seções. Após essa breve introdução, é construída uma discussão teórica estruturada a partir do processo histórico de transformação da sociedade que culminou no surgimento da sociedade de mercado; seus limites e as contradições decorrentes de seus pressupostos, bem como, pelo contexto das comunidades tradicionais e o processo de desarticulação pelo qual os faxinalenses têm passado. Na sequência têm-se a análise e discussão dos resultados, as principais evidências percebidas e as referências bibliográficas.

### **Bases Históricas das Transformações na Sociedade: Do Tradicional ao Moderno Racional**

Até o início do século XIX, a base social da humanidade apresentava-se como sendo rural. A economia girava em torno de atividades camponesas e de artesãos. Neste contexto, as relações entre os grupos dominantes com a maioria da população eram baseadas nas diferenças entre os senhores detentores da propriedade da terra e os lavradores, que, na condição de arrendatários, dedicavam-se à agricultura e pecuária. Essas propriedades rurais, cuja dinâmica social e econômica organizava-se em torno de princípios feudais, eram responsáveis pela produção agrícola necessária à

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

sobrevivência das famílias que estavam atreladas ao complexo rural. No máximo, poderiam incumbir-se de atender às demandas dos povoamentos circunvizinhos, atentando-se para necessidades internas, de modo que a ação econômica externa não prejudicasse sua sobrevivência (HOBBSAWM, 1977).

Anteriormente, por volta do século XVII, no meio rural da Inglaterra, eram comuns os campos abertos – espaços geográficos em que camponeses desenvolviam atividades agrícolas e de pastoreio de forma livre e comunitária, visando à subsistência de suas famílias. Estas áreas rurais, que com o tempo passaram a ter uso restringido, foram atingidas pelo processo de cercamento, característico do primeiro período *Tudor* da Inglaterra. Por conta da estrutura social camponesa, esta medida retirava dos camponeses os meios de sobrevivência, determinando que a configuração do meio rural passasse a corresponder aos interesses econômicos dos senhores. Por exemplo, houve no processo de cercamento o interesse pela conversão das terras destinadas ao plantio em pastagens para criação intensiva de carneiros, por conta de esta última atividade ser mais lucrativa (POLANYI, 2000).

Com este processo e a otimização econômica das áreas rurais, povoamentos que estavam no entorno dessas áreas comuns foram praticamente extintos. As habitações e os poucos postos de trabalho, foram os elementos das comunidades locais mais afetados. Conseqüentemente, este movimento culminou numa incisiva desarticulação social em que os mais ricos, pela apropriação das terras dos mais pobres, destruíam costumes e valores tradicionais tidos como cerne de identidade dos povos camponeses (POLANYI, 2000).

É preciso ainda atentar-se para o fato de que esta revolução rural esta diretamente associada à Revolução Industrial. Polanyi (2000) reforça que mais tarde, na Inglaterra, os cercamentos tornaram-se fornecedores de lã para as primeiras indústrias têxteis manchesterianas. Surge, assim, um novo processo de desarticulação social. Em sua primeira fase, os proprietários das terras processavam a lã em suas próprias propriedades, em pequenas fábricas, muitas vezes com a mão de obra dos camponeses de seu entorno, que tiveram extirpado o direito de uso da terra; esses indivíduos encontraram nos processos produtivos dos senhores os únicos meios de sobrevivência, já que, com o surgimento das fábricas nos centros urbanos, antigas práticas de sobrevivência foram extintas.

É por conta disso que, para a perspectiva marxiana, esse sistema apresentou-se de forma mais devastadora do que o primeiro. Camponeses que inicialmente viviam da terra, criando e cultivando bens necessários à subsistência de suas próprias famílias, foram submetidos, em função dos cercamentos, às atividades de processamento da lã produzida pelos senhores, agora proprietários

das terras daqueles. Com o advento da Revolução Industrial, os antigos camponeses foram marginalizados nas periferias dos centros urbanos e submetidos a condições desumanas de sobrevivência. Cidades foram surpreendidas pela massa de pessoas que se deslocavam dia e noite para locais em que se constituíam alavancas do Capitalismo Industrial, em busca da prometida prosperidade a partir do trabalho assalariado (POLANYI, 2000).

Sobre este processo, Hobsbawm (1977) lembra que, no final do século XVIII e meados do século XIX, a terra era tida como principal fonte de riquezas da sociedade, tornando-se elemento para promoção das ideias progressistas da época, que tinham burgueses como principais interessados. Contudo, até esse período, a terra foi historicamente tratada como bem sagrado, de propriedade coletiva, da qual obtinham a sobrevivência de familiares.

Contudo, como afirma Hobsbawm, com a intensiva conversão da terra em capital, para que se tornasse possível colocar em prática pressupostos de uma economia de mercado, as transformações do meio rural foram dadas em três aspectos essenciais, que foram: i) Inicialmente, havia a necessidade de instituir o princípio de propriedade privada, em que o caráter sacro da terra seria substituído pelo atributo de mercadoria, de modo que burgueses, detentores de capital financeiro, pudessem explorar a terra de forma intensiva, bem como gerar a acumulação de capital por meio da venda da própria terra; ii) A lógica subjacente ao modo de uso da terra deveria ser a utilitarista, a partir da qual seus proprietários, agora interessados em obter ganhos financeiros cada vez maiores, passassem a investir em máquinas, equipamentos e técnicas que pudessem tornar a terra altamente produtiva, como por exemplo, a prática da monocultura, cujo foco central seria um mercado consumidor promissor, que se formava nos centros urbanos; e iii) Por fim, camponeses que antes viviam do resultado de sua dedicação as terras, seriam transportados para a categoria de operários, adaptando-se ao trabalho industrial nas fábricas, sendo sua força de trabalho vendida para a transformação de matéria-prima em produto industrializado (HOBBSAWM, 1977).

Em função desses três aspectos, conforme salienta Hobsbawm (1977), emerge uma nova tensão entre as diferentes camadas sociais européias: de um lado, camponeses tradicionais e não capitalistas proprietários de terras buscando defender seus interesses alinhados com a manutenção de um modo de vida predominantemente rural e coletivo; na outra ponta, articulam-se os burgueses, inebriados pelas propostas de progresso e crescimento econômico, e alguns camponeses avessos aos movimentos tradicionais, buscando romper com a perspectiva da agricultura de subsistência.

Neste contexto, delimita-se uma série de conflitos rurais que, ao longo dos anos e com o fortalecimento dos pressupostos capitalistas, terminou com a transformação do campo, onde predominavam as propriedades rurais. Assim sendo, da mesma forma como ocorria no meio urbano,



## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

a vida rural também passa a ser conduzida por homens de negócios – burgueses ou camponeses advindos de famílias abastadas financeiramente – que se dedicavam especialmente ao abastecimento das indústrias de bens primários.

Conforme sinalizado, essa transformação social teve impacto na lógica econômica vigente na vida tradicional. Sobre este ponto, Polanyi (2000) ressalta que nas Sociedades pré-capitalistas, particularmente as européias que existiram até meados do século XVII, as práticas econômicas eram guiadas por princípios sociais. O indivíduo não se preocupava em obter ganhos financeiros, tendo em vista que seu foco na prática econômica era a sobrevivência, em primeira instância. Buscava ainda manter condições de vida das famílias que viviam na sua vizinhança, que constituía os limites de suas relações cotidianas. O indivíduo tanto fornecia apoio aos demais moradores como recebia o auxílio dos mesmos nas suas atividades diárias. É por este motivo que famílias se organizavam em povoados – reflexo das práticas primitivas em que pessoas se uniam com o intuito de proteção. Ocupavam territórios específicos e constituíam relações sociais condicionadas aos interesses e manutenção da coletividade, o principal fator de identidade cultural dos indivíduos. É neste sentido que o comportamento social coletivo se mantinha predominante nas relações entre pessoas (GUERREIRO RAMOS, 1989; POLANYI, 2000).

Nessas comunidades, a ação guiada por interesses individuais, vista como fator de desarticulação, normalmente era inibida nas relações sociais. Questionavam-se comportamentos egoísticos, e membros da comunidade que assim agiam muitas vezes acabavam marginalizados pelos demais membros da comunidade, podendo até ser penalizados com a pena de morte ou com a expulsão do território. Tendo em conta a importância da identidade comunitária no contexto das sociedades tradicionais, o exílio, de certa forma, também significava a morte, pois fora de sal comunidade as pessoas sofriam por conta das dificuldades de acesso à alimentação, moradia e segurança (POLANYI, 2000).

Assim, por anos, valores, costumes e tradições coletivistas foram difundidos e praticados por diferentes comunidades tradicionais. Esses grupos reforçavam tais valores em rituais místicos e crenças religiosas, bem como em simbologias ligadas à história do povo. Tendo reforçado um modo de vida desprovido de conduta utilitarista, a base do modo de vida das sociedades tradicionais eram os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade (POLANYI, 2000).

É neste sentido que se entendia que os camponeses, desinteressados de sistemas econômicos racionalmente estruturados, conduziam suas ações e relações sociais com base nas manifestações do ambiente natural (WEBER, 2009). Por exemplo, esta relação com o ambiente natural é

determinante para o estabelecimento dos ciclos de plantios e colheitas, bem como períodos de caça e pesca, além dos eventos comunitários.

Contudo, como já foi salientado, este tipo de orientação econômica mudou quando o processo de desenvolvimento agrário na Inglaterra no final do século XVIII substituiu as atividades agrícolas de subsistência por uma economia rural capitalista, das propriedades de terra. As atividades rurais antes realizadas de forma coletiva e comunitária, em que o resultado do trabalho era dividido de forma igualitária entre os membros do grupo, foram substituídas por práticas individualistas baseadas no contrato de trabalho, uma relação de base utilitária e oportunística. Ainda, guiadas pela premissa da produção ilimitada, as propriedades rurais desconsideraram princípios de necessidade para sobrevivência, orientando-se apenas pela acumulação financeira, e onde esta acumulação é exclusiva aos detentores dos meios de produção e proprietários das terras.

Sob o ponto de vista ideológico, esse contexto social ganhou força com as ideias defendidas pelo Iluminismo, que pregava a libertação dos seres humanos das amarras de um mundo tradicional, desenhado pelos intelectuais como arcaico e atrasado, em favor de uma Sociedade Moderna, baseada na técnica, na ciência e no progresso (HOBBSAWM, 1977). Os princípios iluministas tornam-se hegemônicos na sociedade, uma vez que buscam invadir de forma totalitária todas as esferas sociais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A desconstrução do valor místico da natureza permitiu sua manipulação de acordo com os diferentes interesses do homem, o que, nas sociedades capitalistas, se resumiam aos interesses econômicos e aos processos produtivos. Sobre esta questão, Hobsbawm (1977) enfatiza que o iluminismo representaria a ideologia da classe média e que esse ideário teria potencializado e reforçado os limites entre a classe burguesa e o proletariado, tomados como símbolos de uma ordem econômica capitalista.

Portanto, no final do século XIX, nas sociedades ocidentais onde até o momento predominava a população rural, o modo de vida que caracterizava esta condição é superado, embora com algumas exceções, por uma população predominantemente urbana, atrelada ou dependente do trabalho produtivo fabril. Nesta revolução, camponeses migravam para os centros urbanos com seus familiares em busca de novas possibilidades de trabalho, e a subsistência antes garantida pela atividade agrícola controlada pelo camponês é substituída pelo trabalho assalariado visando à sobrevivência.

Todavia, embora parte da população rural tenha se tornado urbana, as propriedades rurais, agora dominadas por práticas agrícolas eficientes e regidas pela lógica industrial (ou seja, entre outras questões, amparadas por artefatos tecnológicos de maior precisão e sob o comando de homens de negócios), mantiveram-se ativas. A produtividade das lavouras foi elevada, alinhada à

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

demanda crescente de uma Sociedade de Mercado propulsora do consumo em massa. Além da alimentação das pessoas que trabalhavam nas fábricas, o campo dedicava-se à produção de matéria-prima, como, por exemplo, a lã e o algodão para a indústria têxtil de vestuário (HOBSBAWM, 1996). Via-se o surgimento de famílias ricas no campo que, após adquirir propriedades rurais, passavam a explorá-las para fins comerciais com uma produção direcionada para o mercado consumidor, cujo resultado gerava a acumulação de capital também no meio rural.

Conforme destaca Hobsbawm (1996), a figura mais significativa da transformação experimentada por esta nova sociedade, é claro, foi o burguês: este se erige por ser o responsável pela criação e condução de empreendimentos que visavam atender aos preceitos progressistas da época. O seu dinheiro, além de ser a engrenagem que movimentava os negócios, tornou-se o foco central das relações sociais. Por conta disso, a burguesia, com o papel que lhe foi atribuído nesse processo, mantinha-se em uma posição de destaque na sociedade, ampliando seu domínio tanto em termos de patrimônio, quanto em termos de representatividade política.

Por outro lado, povos, cujo modo de vida, crenças e tradições, imputavam-lhes o alheamento ao mundo capitalista, tiveram seus territórios, físicos e simbólicos, invadidos e modificados pela ideologia do progresso. Perdendo a autonomia e sendo obrigados, por força de um sistema dominante, a adaptar-se aos contornos da sociedade, caracterizada pela predominância do mercado (HOBSBAWM, 1996). O movimento de industrialização do mundo constituiu-se assim na solidificação desse modelo dominante – racionalidade instrumental – sendo a moderna empresa o ‘palco’ para sua ascensão (HOBSBAWM, 2000).

Finalmente, para Polanyi (2000), alguns fatores foram determinantes neste processo de precarização da vida tradicional: a massa de trabalhadores decorrentes das regiões de cercamentos, que por limitações econômicas sujeitavam-se a jornadas extensas de trabalho em troca de salários reduzidos, inclusive adolescentes e crianças; a emergência das chamadas favelas industriais, ocupadas por operários e seus familiares, no entorno dos centros urbanos; e a concentração de unidades industriais em determinadas regiões, criando as cidades fabris, responsáveis pelas principais operações comerciais do país, em função do recebimento da produção de matéria-prima e venda de produtos acabados, de forma articulada e simultânea.

No entanto, dois outros fatores, na visão do autor, apresentaram-se como centrais para a constituição de uma Sociedade de Mercado. O uso intensivo de máquinas e equipamentos modernos com elevada capacidade produtiva; e a integração de todo o processo produtivo – recebimento de matéria-prima, linha de produção, setores e departamentos de gestão, departamentos comerciais e inclusive refeitórios – em prédios e galpões. Este conjunto de condições potencializou, não só o

volume produzido, mas também o controle sobre os meios de produção e as técnicas dos operários, sendo possível atender as necessidades e desejos dos consumidores, em larga escala (POLANYI, 2000).

Outrossim, conforme discutido por Polanyi (2000) o século XIX é testemunho do desenvolvimento de uma sociedade marcada por uma lógica econômica cujos meandros distinguem-se das civilizações anteriores. O lucro torna-se catalisador das ações e comportamentos dos indivíduos, sejam estes burgueses ou não. O ápice da consolidação dessa economia de mercado se deu com a Revolução Industrial na Inglaterra, que imprimiu nas fábricas um movimento de implantação de ferramentas e máquinas modernas, potencializando a produtividade e a eficiência gerencial.

### **Limites e Contradições do Modelo Desenvolvimentista da Sociedade de Mercado**

Considerando-se a brutalidade do processo de ruptura de um mundo tradicional com a gênese de um mundo moderno, industrializado, guiado pelo pensamento econômico, em que comportamentos e ações são homogeneizados, é possível delimitar as limitações das propostas decorrentes do pensamento desenvolvimentista. Sobre este ponto, Sachs (1997, p. 216) afirma que “o mundo foi engolido por profunda crise social, agravada pela dilaceração ambiental”. A crise, segundo o autor, teve o homem como condutor central, seja no papel de dominante, detentor de capital, ou no de dominado, explorados e grupos excluídos.

Processo cujas causas principais estão ligadas ao uso indiscriminado dos recursos naturais, desconsiderando aspectos como: i) a capacidade de regeneração da natureza; ii) as desigualdades em termos de distribuição de renda, submetendo os mais pobres a condições desumanas de sobrevivência; e iii) as práticas de produção para o mercado de consumo em massa, atreladas às demandas latentes, em detrimento da busca pela sobrevivência, em que o comportamento do indivíduo é conduzido pelas necessidades básicas (SACHS, 1997).

Manifestam-se, conflitos organizacionais, polarizados em dicotomias como individualismo e coletividade, concorrência e cooperação, acumulação e distribuição, produção para o mercado e prática de subsistência. Mas, é importante notar que a tensão é aparente, pois, valores da Sociedade de Mercado se sobrepõem aos aspectos coletivistas das sociedades pré-capitalistas. Assim sendo, após a Revolução Industrial, a lógica dominante na Sociedade de Mercado subordinou as relações sociais ao “imperativo do controle técnico da natureza e da acumulação de capital” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 14).

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

Hobsbawm (1988) enfatiza que, com o processo da industrialização, o mundo foi dividido em dois pólos: as regiões que experimentaram o surto de crescimento; e territórios periféricos, posicionados às margens dos centros comerciais. As regiões periféricas, cada vez mais comuns no mundo, tornavam-se ainda ‘palco’ dos reflexos negativos das propostas capitalistas. Grande parte da população, nesses contextos, via-se limitada em termos de saúde, educação, alimentação, moradia, saneamento básico e lazer. Embora uma parcela estivesse diretamente ligada a essa Sociedade de Mercado, por desempenhar o papel de operário no processo, percebe-se que a alguns, não era possibilitado, nem mesmo, colocar em prática as mazelas do consumismo.

Os benefícios propalados pelos defensores do modo capitalista de produção, ancorados nos pressupostos de crescimento, desenvolvimento e progresso, torna-se realidade somente para a parcela da população detentora de capital (SEIFERT; VIZEU, 2015). Portanto, senhores, proprietários de terras e homens de negócios, descendentes de famílias com poder aquisitivo, tornaram-se os capitalistas, cujas atividades baseavam-se na exploração de mão de obra assalariada, no uso irrestrito de recursos naturais e na produção para o mercado.

Para Harvey (2007) a evolução dos sistemas de produção fabris, com a modernização de suas plantas industriais, não provocou mudanças somente nas instancias econômicas, financeiras e políticas, foi responsável pelo que Polanyi (2000, p. 51) define como “catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns”. Não tendo se concretizado a proposta de produção em larga escala, pela restrição de mercados consumidores, detentores de capital, implementaram mudanças culturais na sociedade, de modo a incentivar o abandono do consumo com base nas necessidades de sobrevivência pela adoção de práticas mercadológicas ligadas ao consumo pelo consumo.

Além de não cumprir as promessas de prosperidade, sob as quais tem defendido suas práticas econômicas individualistas, a Sociedade de Mercado a partir de meados do século XX tem enfrentado dificuldades para criar empregos a todos os indivíduos que precisam trabalhar (GUERREIRO RAMOS, 1989). Percebe-se, a predominância de um modo de produção em que o homem se insere como força motriz necessária para manutenção do movimento frenético das engrenagens. Guerreiro Ramos (1989, p. 13) afirma que “[...] o desenvolvimento das forças produtoras, se tornou à lógica da vida humana em geral. Mesmo a subjetividade privada do indivíduo caiu prisioneira da racionalidade instrumental”.

Nesse sentido, diferentemente dos primórdios de seu surgimento, a Sociedade de Mercado, ao longo dos anos, vê-se inserida em uma série de dilemas que reforçam seus limites. Consolidada a partir das propostas de progresso e crescimento, manifesta, um conjunto de resultados que colidem, diretamente, com os contornos da vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Preocupação, que de certo modo, não se faz presente, na lógica utilitarista por torna-se conflituosa com os interesses econômicos do capital (CARVALHO, 2012).

As desigualdades nos espaços periféricos se tornam mais agudas em virtude da apreensão e controle de informações por aqueles atores sociais dominantes, tendo em vista seus interesses escusos, alheios aos anseios da coletividade. O domínio de informação por um grupo reduzido de pessoas ou empresas determina que “a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle” (SANTOS, 2010, p. 39).

Esteva e Prakash (1998) enfatizam que a uma parcela considerável da população foi atribuído o papel de excluídos. Mantidos em uma dinâmica de aproximação e repulsão pela Sociedade de Mercado, tendo em vista que, o mundo moderno sustenta-se sobre as práticas de controle dominante. A sedução do mercado age junto às sociedades marginalizadas. Inicialmente, com o intuito de desconstruir o modo de vida tradicional vigente, visando instituir suas práticas econômicas, dependentes do consumo em massa. A dependência se torna mais evidente com a implantação de instituições econômicas que limitam e confinam os indivíduos aos contornos de seus interesses.

Referindo-se ao fato de que o modo capitalista de produção não possibilitou a toda a humanidade atingir a prosperidade, ideologicamente prometida, Sachs (1997, p. 214) conclui que “a história nos pregou uma peça cruel”. Na concepção do autor, mercados modernos não conseguiram atender à demanda crescente de trabalhadores dos países periféricos, promovendo a degradação da vida cotidiana nesses países. Embora insistisse em dominá-los, com o propósito da consolidação de mercados consumidores potenciais (SACHS, 1997).

O uso indiscriminado de recursos da natureza, na percepção de pesquisadores e de membros da sociedade em geral, normalmente excluídos, apresentou-se como uma das principais falácias do desenvolvimento. Contudo, na tentativa de reafirmação de suas bases, atores sociais imersos na crença das potencialidades dos pressupostos do desenvolvimento, adotam as premissas acerca do pensamento ecológico, com o intuito de instituir as ideias de ‘desenvolvimento sustentável’ como instrumento para justificar e reafirmar o próprio desenvolvimento (ESTEVA; PRAKASH, 1998).

Esteva e Prakash (1998) reforçam que o colapso enfrentado pela Sociedade de Mercado, em que as instituições mantenedoras de uma lógica de cálculo utilitário de consequências, têm enfrentado dificuldades econômicas, sociais e ambientais para a manutenção de suas práticas hegemônicas, se apresenta como oportunidade para a massa de excluídos e marginalizados. As pessoas promoveriam a regeneração de uma dinâmica de vida mais humana, conduzida por

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

elementos culturais, que encontrariam significado em uma sociedade tradicional, anterior aos contornos modernos do mundo, massificado pelo modo capitalista de produção. Resgatando, como descreve Santos (2010), aspectos como solidariedade, antes tida como princípio essencial para a manutenção da convivência entre sujeitos em diferentes contextos comunitários tradicionais.

### **Gênese e Transformação dos Faxinais e a Sociedade de Mercado**

As Comunidades Tradicionais de Faxinais representam uma experiência autossustentada de vida comunitária no meio rural, com importância histórica, sociocultural e ecológica, principalmente na região Centro-Sul do Estado do Paraná, podendo ainda ser encontrado nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (TÚLIO, 2004). Entre 1900 e 1950 o Sistema Faxinal ocupava 20% do território do Estado do Paraná. Representaram até a metade do século XX a forma predominante de organização das atividades agrícolas, bem como do modo de viver no meio rural (SILVA, 2005).

Estruturam-se, econômica e socialmente, a partir de dois aspectos centrais, as terras para criar e as terras para plantar. As áreas destinadas ao plantio caracterizam-se como espaços particulares, em que são cultivados alimentos essenciais para a subsistência do núcleo familiar, separadamente dos demais membros da comunidade. São mantidas cercadas para proteção da invasão dos animais que habitam as áreas destinadas à criação. As terras para os animais (pastagens) são, por sua vez, terras de uso coletivo, nas quais os moradores criam seus animais destinados ao consumo próprio, mas também para a comercialização – como o caso dos porcos – e para o apoio nas atividades de trabalho e transporte. As famílias são responsáveis pela marcação dos animais, de modo que, mesmo sendo criados em manadas comunitárias, não ocorre confusão em termos de propriedade dos mesmos (NEIVERTH; LÖWEN SAHR, 2005; NOVAK; FAJARDO, 2008; BRANDT; CAMPOS, 2008).

Constata-se que por volta de 1850, época em que as Comunidades Tradicionais de Faxinais instituíam-se em extensões de terras, normalmente, consideradas devolutas, diferentes mecanismos legais, apoiados na época pelos Barões do mate e pelos Empresários da madeira, deram origem a uma nova política de terras. Arraigada ao princípio de propriedade privada, tal política ameaçou a manutenção dos Faxinais, que se viram invadidos por um processo contínuo de instalação de cercas em áreas que antes eram utilizadas para a criação de animais. O apoio do aparato legal levou os latifundiários a ampliar suas terras demasiadamente, inibindo o surgimento de novas comunidades

faxinalenses. Considerava-se que o modo de organização social das mesmas chocava-se com os princípios legais referentes ao uso da terra (TAVARES, 2008).

Conforme Tavares (2008) o reforço dessa lógica veio, no ano de 1890, com a ação da República na delimitação das leis agrárias, mantendo ativa a perspectiva de propriedade privada. A articulação do poder público com os representantes da burguesia estabeleceu, mesmo que de forma não velada, os limites de ação dos Faxinais. Interesses econômicos puderam avançar sobre seus territórios sem o risco de serem classificados como inapropriados.

Por um século, 1850 a 1950, o meio rural brasileiro, e mais especificamente, paranaense, foi palco de uma série de conflitos, marcados pela busca dos povos faxinalenses em conseguir manter viva sua identidade. Ainda que não se enquadrassem nos ditames legais do aparato jurídico referente ao uso da terra. Nessa dinâmica, é visível a adaptação dos Faxinais, reproduzindo sua cultura para territórios que permaneciam desocupados, ou que não eram do interesse dos agentes econômicos. Suas práticas ganhavam força nos momentos de crise das atividades econômicas da elite burguesa (TAVARES, 2008). Porém, cada vez mais relegados à marginalização na sociedade, definidos como modelos atrasados de organização da produção, passam a ser vistos, como barreira ao desenvolvimento e progresso do Paraná (SHIRAISHI NETO, 2009).

A partir de 1950, a prática predatória do meio rural é reforçada por um conjunto de políticas públicas adotadas pelo governo do estado com o intuito de promover o seu desenvolvimento. A base desse plano de desenvolvimento foi a colonização de regiões do Paraná com reduzido número de habitantes. Articulado com um processo de industrialização maciça dessas regiões, visando garantir o crescimento econômico. O fortalecimento da agricultura intensiva, conduzida por apoio de máquinas e equipamentos, com tecnologia avançada, tornou-se o discurso dominante dos gestores públicos e das corporações capitalistas (NERONE, 2000; TAVARES, 2008).

Nesse sentido, percebe-se que, enquanto modelo dominante, para a consolidação de seus pressupostos hegemônicos, para o modo de produção capitalista “é de fundamental importância apropriar-se, sobretudo do solo com a riqueza que esse contém de minerais, pastos, bosques e reservatórios de água; bem como dos rebanhos” (TAVARES, 2008, p. 73). Conforme ainda destaca Tavares (2008), para que essa filosofia se tornasse realidade, instaurou-se no meio rural uma política de desagregação das comunidades camponesas, extirpando das mesmas seus territórios tradicionais, colocados à disposição do capital financeiro com o propósito de gerar novas riquezas.

Barreto (2008) aponta que, o plano de desenvolvimento do meio rural no estado do Paraná, consolidou-se como uma ameaça significativa para a manutenção do modo de organização da vida nas Comunidades Tradicionais de Faxinais. Inicialmente por estabelecer um conjunto de propostas



## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

conflitantes com os valores e costumes tradicionais das comunidades faxinalenses; em um segundo momento, pela incursão de um discurso desenvolvimentista de progresso e crescimento industrial, provocando mudanças no pensamento e no comportamento de atores sociais da sociedade e de representantes públicos, vislumbrados com a proposta de prosperidade.

Portanto, a chamada desagregação das Comunidades Tradicionais de Faxinais para Nerone (2000) tornou-se evidente com a redução das áreas de lavoura. Processo marcado pelo avanço das propriedades rurais sobre os territórios dos Faxinais. Determinou-se, assim, que as comunidades faxinalenses, em função da necessidade de subsistência, transferissem suas plantações para espaços reservados à criação de animais, prejudicando a reprodução do símbolo central da identidade cultural dos Faxinais, que seriam as terras destinadas aos criadouros comunitários, nas quais, historicamente, são criados os porcos à solta.

Chang (1985), Doretto (1991) e SEPL (1994) apontam que o incentivo da agricultura extensiva, apoiada pelas agroindústrias do interior do Paraná e amparada pela política de desenvolvimento do governo do Estado, implicou no avanço da monocultura sobre as terras de criar das comunidades faxinalenses. Fato que determinou a redução das áreas de criadouros comunitários e, conseqüentemente, das condições de criação de animais de pequeno porte, até então atividade base do modo de vida dos faxinalenses.

Os espaços restantes para a criação dos animais teriam sido prejudicados ainda pelo avanço da ação de camponeses dedicados à exploração de madeira, o que tornou limitada a produção de ervamate, base das relações econômicas nas comunidades faxinalenses (NERONE, 2000). Isso também foi determinante para que as áreas de criadouros comunitários passassem a ser constantemente lapidadas pela lógica de propriedade privada por camponeses instalados no entorno dos Faxinais. Basicamente, esses eram produtores rurais que visavam à ampliação de suas áreas de plantio extensivo e extração de madeira. Buscavam ainda obter retornos financeiros com a negociação de terras compradas no interior das comunidades faxinalenses (DORETTO, 1991; SEPL, 1994).

O crescimento das atividades de produção agrícola extensiva e de exploração madeireira foi de grande impacto na lógica organizacional cotidiana das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Provocou a sobreposição dos princípios de propriedade privada a um contexto social alicerçado na prática do uso coletivo da terra, “circunstância em que se rompe o elo vital da forma coletiva de organizar a vida, suprindo-se o espaço socializado, pelo cercamento da propriedade privada” (NERONE, 2000, p. 182). A manutenção da vida coletiva nos Faxinais sofreu assim certa desarticulação, uma vez que os faxinalenses, adaptando-se a uma nova realidade territorial, foram

obrigados a reduzir as atividades de criação à solta de porcos, base das práticas de subsistência e das atividades econômicas das comunidades.

Tem-se, assim, um contexto empírico de investigação em que são reforçados os postulados de Santos (2008) quando estabelece que “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 2008, p. 170). Configurando-se um movimento característico das ordens populacionais relegadas à submissão política, econômica e social, de reversão da situação, tendo como princípio deflagrador e de resistência os costumes, os princípios, os valores e as tradições.

### **Contradições no Contexto de Comunidades Tradicionais**

A desmistificação da atmosfera em torno das comunidades tradicionais tem reforçado a ideologia do crescimento, do desenvolvimento, da massificação do mercado e do consumo exacerbado, rompendo a lógica de subsistência desses povos. Conforme enfatiza Grzebieluka (2012) costumes, princípios e valores inerentes ao cotidiano das comunidades tradicionais representam barreiras de proteção frente aos propósitos da Sociedade de Mercado. A base dessa identidade está atrelada aos relacionamentos entre os indivíduos, a forma de aproximação e uso da natureza, bem como aos conhecimentos e técnicas construídos historicamente e transmitidos entre as gerações no grupo.

Transformações conduzidas pela Sociedade de Mercado se inserem em diferentes contextos sociais, tornando-se hegemônicas, com a imposição de pressupostos homogêneos (GRZEBIELUKA, 2012). Desse modo, comunidades tradicionais muitas vezes são pressionadas, inclusive pelas instituições públicas, cujos recursos e instrumentos, tornaram-se mecanismos de promoção dos propósitos das organizações dominantes.

Diegues (1998, p. 93) enfatiza, que “sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum começaram a ser ameaçados pelo processo de incorporação desses territórios pela expansão urbano-industrial, e pelo avanço da fronteira agrícola”. Portanto, a aproximação entre seus membros e a cultura ocidental, teria promovido nas comunidades tradicionais, ao longo dos anos, a desarticulação. Principalmente, por esses indivíduos perderem a identificação com o território, o que representa o enfraquecimento da cultura local, elementar na reprodução da comunidade.

Ainda que as comunidades tradicionais tenham sido capazes de constituir uma dinâmica diferenciada de vida, criando inclusive instituições destinadas a garantir o efetivo cumprimento de suas normas internas, percebe-se que ao longo da história, a invasão de agentes externos, tem dificultado a reprodução de princípios como solidariedade, partilha, uso comum de bens e

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

propriedades, além do respeito aos interesses coletivos (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009).

Situação, anteriormente descrita na etnografia conduzida por Branco (1983), ao investigar o cotidiano de comunidades tradicionais na Ilha da Madeira. De acordo com o autor, o contexto externo, principalmente na figura do Estado, promoveu a desestruturação de muitas comunidades tradicionais rurais, pela substituição de práticas tradicionais de gestão e cultivo da terra, por técnicas e mecanismos de produção em larga escala (BRANCO, 1983). Fato que culminou no “fim da predominância da produção de cereal para autoconsumo e como base fundamental da coesão do agrupamento doméstico” (BRANCO, 1983, p. 644).

Sobrinho (2006), estudando comunidades camponesas no Vale do São Francisco, identificou o Estado como agente central no processo de desestruturação das comunidades locais. O autor aponta que de forma impositiva, o poder público defende e incentiva a modernização de práticas agrícolas, promovendo a desagregação de conhecimentos e práticas tradicionais, bem como, o enfraquecimento das atividades de subsistência, base da atividade econômica das famílias. Essa última, substituída pela produção extensiva de monoculturas exportadoras (SOBRINHO, 2006).

Panorama, que não é exclusivo dos grupos estudados por Branco (1983) e Sobrinho (2006), mas vivenciado por inúmeras comunidades tradicionais, conforme apontado por Diegues (1999), tendo em vista ainda os impactos acarretados pelos ‘grandes projetos’, conduzidos por instituições públicas (DIEGUES, 1997). Mecanismos ideológicos utilizados por governantes e a elite dominante, principalmente em países de terceiro mundo, como estratégia para a conquista de apoio financeiro externo (DIEGUES, 1998) para a concretização das propostas públicas, invariavelmente alinhadas aos interesses privados.

Nesse sentido, Diegues (1998) e Schmitz, Mota e Silva Júnior (2009) apontam, que os principais riscos para comunidades tradicionais estão atrelados às invasões de seus territórios que são reduzidos pela apropriação indevida de agricultores; ao crescimento das atividades de extração de madeira envoltas a uma lógica de exploração comercial desenfreada, desconectadas de preocupações com a natureza, resultando no desequilíbrio ambiental, bem como na redução das áreas de reprodução das atividades de subsistência das comunidades tradicionais, como plantio e criação de animais; ainda percebe-se que a adoção de práticas comerciais e agrícolas modernas, favorece o abandono dos costumes tradicionais do povo e representa ameaça à sua identidade.

Intervenções do poder público provocam a retirada das pessoas de seus territórios, considerando que a atividade de subsistência, lavoura, caça e pesca, tem impacto direto na conservação da biodiversidade. Por outro lado, muitas comunidades vivenciam ainda a instalação de

complexos industriais e empresariais em ecossistemas protegidos, sem qualquer preocupação dos envolvidos com os impactos gerados, tanto para a fauna e flora, bem como para o cotidiano de povos tradicionais, que em uma relação harmônica, retiram desses ambientes a subsistência de suas famílias (DIEGUES, 1998).

Finalmente, considerando-se as reflexões acerca das contradições vigentes no contexto das comunidades tradicionais é possível destacar, condizente ao exposto por Costa Filho, Almeida e Melo (2009) e Colaço e Sparemberger (2010), que certo número de comunidades tradicionais encontra-se na invisibilidade, subjugadas às pressões econômicas e fundiárias, bem como a processos políticos e jurídicos discriminatórios, tornando-se socialmente marginalizadas. Situação comum nas Comunidades Tradicionais de Faxinais que, mesmo sendo reconhecidas como representantes de grupos que, historicamente, se mantêm alheios aos ditames impostos pela Sociedade de Mercado, enfrentam uma série de dificuldades para manter a reprodução de um contexto social comunitário.

### **Desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais**

Historicamente, independente da posse formal da terra, todas as famílias de faxinalenses ocupantes de determinado território têm direito de uso compartilhado das áreas destinadas aos criadouros comunitários. A forma de uso dessas áreas comuns reforça os elos de comunhão entre as pessoas, principalmente porque os proprietários legais das terras embora possam, pelos princípios da Sociedade de Mercado, fazer uso privado desse bem, no contexto das comunidades faxinalenses respeitam princípios da coletividade, permitindo o uso coletivo para a criação a solta de porcos. O que de certa forma tem garantido a sobrevivência dos faxinalenses que são detentores de pequenas áreas ou que não possuem nenhuma terra.

Nesse sentido, tem-se reforçado um processo que historicamente provoca a desarticulação do modo de vida tradicional encontrado nas comunidades faxinalenses, muitas vezes sendo substituído por outras práticas de produção agrícola e de criação de animais que ameaçam a Identidade Coletiva dos faxinalenses. Ameaça que surge em função de serem essas práticas guiadas por uma lógica utilitarista de produção em larga escala direcionada para o mercado consumidor.

Conforme relatam Rupp e Martins (2008), Toledo (2008) e Souza e Seidel (2009), nas últimas décadas, percebe-se, que os Faxinais têm sido alvos de uma série de problemas, considerados pelos faxinalenses ‘abusos’ e ‘desrespeitos’ contra os aspectos culturais e tradicionais de formação do povo, bem como do modo de vida comunitário e da sua biodiversidade. Assim, as Comunidades

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

Tradicionais de Faxinais, que surgiram como um modo de vida no campo, característico da região Sul do Brasil, atualmente, se encontram restritos a poucos municípios do Paraná (RUPP; MARTINS, 2008; TOLEDO, 2008).

Embora sejam constituídos em princípios e costumes tradicionais de vida comunitária, nas últimas décadas têm experimentado a força do desenvolvimento agrícola. Concebido na busca por produtividade, impinge suas fronteiras produtivas para áreas anteriormente ocupadas por comunidades faxinalenses. Destituindo esses povos de seus territórios, bem como promovendo a substituição da produção de subsistência pela produção para o mercado consumidor (ALBUQUERQUE, 2000), principalmente de fumo, soja, milho e trigo.

Túlio (2004) enfatiza, que o processo de desarticulação dos Faxinais foi potencializado por uma série de episódios históricos, atrelados a perspectivas desenvolvimentistas, que são:

- Declínio das atividades comerciais da erva-mate, iniciado por volta de 1920, primeiramente pelo volume de oferta do produto no mercado, em função do número de produtores; em seguida pela baixa qualidade da erva-mate comercializada, que passou a ser misturada com muitas outras ervas, tendo sua qualidade questionada pelo mercado, que deixa de consumi-la;
- Potencialidade das atividades de exploração da madeira, que no início do século XX era farta, levando muitas famílias a obter lucros em curto período de tempo, atraindo o interesse de todos no campo. Contudo, a atividade também deixou de ser atrativa, por fatores óbvios, que seria a devastação das matas, provocando a venda de propriedades rurais como forma de cumprimento dos compromissos assumidos;
- Redução das propriedades rurais, que foram desmembradas em várias pequenas propriedades, para que os filhos pudessem ter direito às suas partes na herança da família. Como as áreas dos Faxinais localizavam-se dentro das propriedades e eram protegidas pelos patriarcas, em função de parcerias firmadas com os colonos, a partilha provocava a desarticulação das comunidades faxinalenses por ser o território coletivo, distribuído como propriedade privada, sob o domínio de um indivíduo, o herdeiro; e
- Avanço tecnológico das práticas agrícolas, articulado com o desenvolvimento industrial no Brasil, iniciando a agricultura extensiva, baseada na monocultura de produtos destinados ao mercado consumidor, em sua maioria para exportação, chocando-se com princípios de subsistência, conduzidos pelos povos faxinalenses.

Nesse sentido, discutindo-se o contexto atual encontrado, a partir de um levantamento realizado pelos gestores públicos do município de Rebouças, no ano de 1998, em comunidades faxinalenses que adotam o criadouro comunitário, Albuquerque (2000) descreve alguns possíveis problemas enfrentados por esses grupos, dentre os quais destacam-se: i) ausência de assistência técnica; ii) trechos de cercas inexistentes e com conservação deficitária; iii) saneamento básico precário; iv) falha no manejo sanitário dos animais; v) limitação genética dos animais; vi) área de pastagens inadequada para o número de animais existentes; vii) manutenção de número de equinos superior às necessidades diárias de trabalho do grupo; viii) limitações financeiras no que diz respeito aos investimentos em mudas; ix) falta de planejamento para reposição das árvores frutíferas nativas; x) alimentação suplementar para os animais inexistente; xi) falta de controle de ervas daninhas; e xii) conflitos entre os membros do grupo, com relação aos princípios estabelecidos para a manutenção dos criadouros comunitários.

Problemas de natureza fundiária, ligados à regularização, limitação e acumulação de terras, ambientais, em virtude da extinção de recursos naturais, pelo uso indevido ou a aplicação de produtos químicos e de natureza jurídica; o desconhecimento do arcabouço legal acerca do funcionamento dos Faxinais, cujas decisões se chocam com as práticas internas e tradições do grupo, são apresentados por Souza e Bertussi (2005) como alguns fatores ligados ao processo de desagregação das comunidades faxinalenses. Cujos principais prejudicados são os faxinalenses, que embora utilizem a terra de modo comunitário, não detêm a propriedade legal das mesmas, sendo obrigados assim a migrar para outras regiões rurais. Ou, em outras situações, optar pelos centros urbanos, onde nem sempre as situações são as mais adequadas (DOMINGUES, 1999).

Assim, considerando-se as reflexões de autores que investigaram os fatores que têm contribuído com a desarticulação de muitas Comunidades Tradicionais de Faxinais, decorrente da contraposição entre ações alinhadas à lógica utilitarista de instituições privadas e do poder público e o modo de vida faxinalense, na sequência são discutidos os aspectos metodológicos adotados no estudo.

### **Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário Faxinalense: Discurso da Mobilização e Resistência**

Por certo período, possivelmente em função do modo singular de organização e de condução do cotidiano comunitário, embora fossem perceptíveis os impactos para a identidade cultural nos Faxinais, os faxinalenses mantiveram-se alheios aos ditames impostos por atores sociais públicos e

## A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais

privados guiados por uma racionalidade instrumental. Entretanto, nos últimos anos as comunidades faxinalenses iniciaram um movimento de reação às provocações que discriminam e marginalizam o modo de vida tradicional nos Faxinais.

Resposta guiada pelos mesmos valores humanos que desde o surgimento das comunidades faxinalenses têm atribuído a elas uma forma substantiva de manutenção do cotidiano. Assim, o movimento de reação dos faxinalenses representa uma resistência coletiva com o intuito de proteção cultural e de acesso livre aos territórios comunitários, visando à reprodução e o compartilhamento de crenças, de costumes, de valores, de conhecimentos e de práticas.

O processo de organização da representação dos faxinalenses frente às demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais que se impõem ao cotidiano das comunidades está atrelado a um discurso de mobilização e resistência. Embora esse discurso possa ser entendido como uma ação correspondente à sobrevivência das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná, as narrativas revelam uma tensão intrínseca ao processo de proteção e de manutenção da cultura e do território faxinalense.

Inicialmente, um aspecto que evidencia essa tensão está relacionado à manifestação da necessidade de reconhecimento dos Faxinais, o que contribuiria para uma maior visibilidade e, conseqüentemente, para a sobrevivência cultural das comunidades faxinalenses, tendo em vista que estariam amparados por dispositivos legais, como os demais contextos sociais da população.

Condição que se apresenta, com base nos resultados, como um discurso interessado, em que os faxinalenses revelam acreditar que, pela situação atual vivenciada por muitas comunidades, o reconhecimento e o autorreconhecimento seriam os mecanismos mais viáveis para garantir a promoção de políticas públicas alinhadas às suas singularidades culturais. Desse modo, as evidências corroboram com as reflexões de Diegues e Viana (2004), ao permitir a constatação de que o reconhecimento representa um elemento central na delimitação dos grupos que podem ser denominados como povos tradicionais, aspectos enfatizados nos dados apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Trechos de relatos acerca do reconhecimento faxinalense.

<i>“Nós existimos já há 300 anos, só que dessa forma, sem reconhecimento, sem política pública, sem nada” (Faxinalense J/Mapa 6).</i>
<i>“Então há a necessidade de você ter políticas que reconheçam e entendam essa lógica, e aí você precisa ter equipes específicas pra fazer isso, né?” (Agente Público A/Mapa 6).</i>
<i>“Os faxinalenses passaram a última década articulando organizações formais com o objetivo de firmar posição enquanto grupo e ganhar músculo para reivindicar o reconhecimento dos faxinais como comunidades tradicionais, o que permitirá a implantação de políticas públicas específicas para o segmento” (Reportagem “Em busca de uma identidade”/Mapa 6).</i>
<i>“O reconhecimento do Faxinal como uma comunidade tradicional do Brasil incluiu, dessa vez, os aspectos culturais e econômicos dos faxinalenses na história” (Reportagem “Definindo os faxinais e</i>

introduzindo o assunto”/Mapa 6).
“Ao longo da história as políticas públicas foram insuficientes e não desenvolveram estratégias para estimular a inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais como os indígenas, os quilombolas, os extrativistas e os pescadores artesanais, bem como a necessidade de atuar de modo particular junto a esses segmentos sociais” (Documento “Ministério do Desenvolvimento Agrário”/Mapa 6).
“Reconhecer, com celeridade, a autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos” (Documento “Deliberação CNPCT nº 001”/Mapa 6).
“O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes étnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade” (Documento “Decreto 6.040 de Fevereiro de 2007 da Presidência da República”/Mapa 6).
“Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Autorreconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Autorreconhecimento” (Documento “Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais”/Mapa 6).
“Fica definido o procedimento administrativo para a outorga da Certidão de Autorreconhecimento Faxinalense, cuja finalidade é oferecer mecanismo de visibilidade social e proteção à identidade e territorialidade específica dos faxinalenses. A identidade faxinalense, critério para determinar as comunidades tradicionais que integram essa territorialidade específica, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 15.673, de 13 de novembro de 2007, deve ser anunciada por meio da manifestação consciente de autodefinição dos grupos sociais mediante Declaração de Autorreconhecimento Faxinalense” (Documento “ITCG/GP, Portaria Nº 023/2010”/Mapa 6).

Fonte: Dados coletados pelos autores (2014).

A contradição, embora não seja explícita, manifesta-se neste discurso ao se questionar que as Comunidades Tradicionais de Faxinais originaram-se, como apontado por Nerone (2000), Novak e Fajardo (2008), Hauresko (2008) e Gapinski e Campigoto (2010), por volta do século XVII. Transmitem uma historicidade robusta e consolidada que acompanhou a construção da sociedade atual. Assim, incoerente se torna tanto a busca pelo autorreconhecimento como pelo reconhecimento, uma vez que tal busca seria mais condizente com a novidade que se apresenta perante um contexto já existente.

O sentimento de pertencimento no caso dos Faxinais representaria o elemento cultural responsável pela coesão dos laços de parentesco, de amizade e de vizinhança mantidos no contexto comunitário entre os faxinalenses, corroborando com as discussões de Diegues e Viana (2004) acerca do autoreconhecimento como elemento central para a delimitação de comunidades tradicionais.

Portanto, na investigação do movimento que clama pelo autorreconhecimento e pelo reconhecimento das Comunidades Tradicionais de Faxinais é pertinente apontar que historicamente estaria ocorrendo um enfraquecimento do sentimento de pertencimento dos faxinalenses como um grupo social coeso e singular. Sentimento que culturalmente corresponderia à sobrevivência das comunidades faxinalenses no território paranaense.



## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

A manutenção do convívio cotidiano entre os faxinalenses, mediado pelo compartilhamento de uma identidade cultural coletiva, seria o suficiente para se atingir o reconhecimento do grupo, entendido, conforme sugerido por Little (2002), como uma dimensão empírica do conceito de comunidades tradicionais, uma vez que retrata a realidade social vivenciada pelos faxinalenses em seus territórios comunitários.

Por outro lado, as narrativas expostas assumem uma dimensão política na medida em que autoreconhecimento e reconhecimento são tratados como condições para que as Comunidades Tradicionais de Faxinais possam se tornar visíveis aos agentes públicos e acessar os dispositivos legais vigentes. Desse modo, o ajustamento conduziria os faxinalenses ao enquadramento a determinados padrões de organização e de comportamento impostos por agentes e instituições públicas.

Considerando-se que no contexto atual os interesses do poder público estão alinhados aos propósitos utilitaristas dos representantes da Sociedade de Mercado, a imposição de demandas que desconsideram as singularidades sociais e culturais dos faxinalenses choca-se com o modo tradicional de vida característico dos Faxinais, promovendo sua desarticulação.

A tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território comunitário se manifesta na condução de um discurso de organização e de representação das Comunidades Tradicionais de Faxinais concebido com o interesse de acesso às políticas públicas para a sobrevivência dos faxinalenses, medida que implica em riscos, uma vez que, ainda que sejam amparadas por dispositivos legais específicos, as comunidades passam a ser regidas pelas mesmas normas e regras dos demais agrupamentos humanos.

Assim, sob a tutela de representantes municipais, estaduais e federais, comunidades faxinalenses afastam-se de suas singularidades. Tratadas sem distinção são incorporadas por uma visão generalista e homogênea que se impõe aos diferentes contextos sociais com o intuito de promover pressupostos de progresso, crescimento e desenvolvimento, reforçando a idolatria a Sociedade de Mercado.

Nesse contexto, as Comunidades Tradicionais de Faxinais são inseridas numa dinâmica social em que pensamentos e comportamentos são constituídos a partir de um padrão homogêneo, no qual a pessoa se enquadra sem possibilidade de reflexão crítica, corroborando com as discussões conduzidas por Guerreiro Ramos (1989), bem como com os resultados apresentados por Grzebieluka (2012).

Os dispositivos legais emitidos pelo poder público para atender às expectativas e aos anseios dos faxinalenses no que diz respeito à proteção da identidade coletiva e ao acesso ao território

comunitário podem ainda ser percebidos como a manifestação de atos sociais com a intenção de delimitar mecanismos de controle e dominação a serviço de governantes. Tais atos reforçariam a submissão de um modo de vida tradicional, historicamente constituído, aos propósitos modernistas de representantes da Sociedade de Mercado, condição que revela, como apontado por Santos (2007), a existência de um circuito inferior e de um circuito superior interligados por uma relação de dependência.

Assim, as transformações decorrentes das propostas públicas cerceiam os direitos étnicos garantidos aos faxinalenses e reforçam as bases ideológicas de instituições privadas atuantes no sistema capitalista de produção. O contexto substantivo das comunidades faxinalenses é invadido pela racionalidade instrumental dominante nas ações do poder público com a função primordial de promover o crescimento econômico e a acumulação financeira.

O aspecto financeiro também pode ser percebido nas narrativas sobre o processo de mobilização e de resistência. Não aquele discurso que preza pelo ganho econômico e pela acumulação contínua de capital, mas a expressão que revela uma intencionalidade de adequação e adaptação social para o atendimento de requisitos que possibilitam o acesso e a aplicação de recursos provenientes do poder público, com evidências que podem ser constatadas nos dados apresentados no Quadro 4.

Quadro 4: Trechos de relatos acerca do acesso a políticas públicas nos Faxinais.

<p><i>“Tivemos que criar um conselho, uma associação e tal, e aí começamos a conhecer um pouco como é que funciona, e correr atrás de informação pra saber como funciona e criar uma associação pra ‘tá’ recebendo esse recurso do ICMS ecológico” (Faxinalense K/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Aí o governo naquela época decretou uma política no estado de marcar um território, de marcar uma área e cadastrar na secretaria do meio ambiente e ali o estado vai investir recurso público nessa comunidade pra desenvolver a chamada área especial de uso regulamentado. Os prefeitos ficaram recebendo o ICMS ecológico dessas áreas, que na época eram 19 áreas no estado, mas não havia o repasse como deveria ser pra comunidade, então o prefeito acaba repassando 10, 15% só e ficavam com o resto do recurso, sendo que este recurso ele vai direcionado pra essas comunidades” (Faxinalense J/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Até ontem nós tivemos uma reunião pra fazer uma associação. Pra ‘vim’ verba, pra ter recursos, porque se não tiver uma associação, não tem recursos. Tanto do governo, quanto da prefeitura. Da prefeitura também não vem se não tiver uma associação” (Faxinalense I/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Os faxinais eles têm uma avaliação pelo IAP do dia 30 de abril a 30 de abril do ano seguinte, então cada mês de abril de cada ano a gente tem um plano de aplicação que a gente tem que cumprir. Esses planos de aplicação são o que eles querem que a prefeitura repasse com os recursos que vem do Estado. Fazem as reuniões deles, eles têm as metas que eles põem pra secretaria e a secretaria tem que cumprir de forma a atender 100%, não necessariamente atender 100%, mas quanto mais a prefeitura investe nesses faxinais, digamos, se eles pedem um número x de algum produto, se a prefeitura atender de forma satisfatória, o índice do ICMS deles continua crescendo, se não, começa a baixar” (Agente Público C/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Reconhecido como Área Especial de Uso Regulamentado (Aresur), o que permite à comunidade gerar o ICMS ecológico” (Reportagem “Em busca de uma identidade”/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Aresur pode trazer vários benefícios para a comunidade, como por exemplo, o financiamento de projetos propostos pela comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e ambiental” (Documento “Cartilha Aresur”/Mapa 6).</i></p>

Fonte: Dados coletados pelos autores (2014).

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

Mesmo que tido como essencial para a sobrevivência de muitas famílias, atribuir a possibilidade de acesso a recursos públicos como um dos propósitos do movimento de mobilização e reação coletiva das Comunidades Tradicionais de Faxinais implica na racionalização instrumental do modo de vida tradicional dos faxinalenses. Desse modo, como evidencia o discurso, a forma de organização e as práticas cotidianas, conduzidas por crenças, costumes e valores humanos, característicos dos Faxinais, se condicionam a fatores como planejamento, projeto, percentual, planos de aplicação, fiscalização e prestação de contas.

Condicionamento que reflete um processo histórico de embates e contradições entre os propósitos utilitaristas da Sociedade de Mercado e a identidade coletiva, condutora do cotidiano nos Faxinais, que, gradativamente perdeu sua representatividade no contexto comunitário. Desse modo, passaram a ser percebidas, no comportamento dos faxinalenses, ações atreladas a princípios e propósitos instrumentais, provocando um distanciamento entre a ação prática e as normas coletivas correspondentes à personalidade moral do grupo.

Coletiva ou individualmente, as ações representam assim a intenção de atender às exigências de instituições públicas responsáveis por garantir o repasse de recursos para a manutenção das comunidades faxinalenses. Nesse sentido, os faxinalenses podem ser questionados, por seus pares em relação ao atendimento dessas regras, tendo em vista o risco de os Faxinais serem desabilitados de programas de fomento.

Conseqüentemente, a contradição se revela na medida em que o interesse econômico se sobrepõe não de forma geral, aos propósitos coletivos de condução do cotidiano comunitário. Apontamentos que corroboram com os resultados evidenciados no estudo de Vidal et. al. (2004), que investigaram as transformações vivenciadas por organizações substantivas, percebendo no contexto delas a inversão de valores pela aproximação com a lógica instrumental de gestão e organização. Contudo, mesmo visível, a aproximação com princípios da racionalidade instrumental, o núcleo central de articulação do movimento de organização e proteção dos Faxinais mantém-se arraigado à racionalidade substantiva.

Portanto, elementos pertinentes ao discurso retratam que o processo de mobilização e de reação coletiva para proteção e manutenção das tradições e dos territórios comunitários nas comunidades faxinalenses não pode ser analisado somente pelas dimensões política e econômica. Evidências apontam para a dimensão social de luta e resistência, dimensão em que é nítido o papel dos representantes faxinalenses que buscam reforçar a importância da participação coletiva na

articulação de um movimento que torne mais visível tanto o território comunitário dos Faxinais, como os elementos culturais, sociais e ambientais que constituem sua identidade coletiva.

Ações que de forma integrada seriam julgadas como capazes de promover a proteção e a sobrevivência das comunidades faxinalenses frente à tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários, materializada no movimento coletivo da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais que, a partir de 2008, integrada à Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses – APF consolidou-se como espaço sociocultural de debate e construção coletiva. Aspectos que podem ser constatados nos dados apresentados no Quadro 5.

Quadro 5: Trechos de relatos acerca do movimento de resistência e mobilização.

<p><i>“O nosso movimento, que se chama APF, Articulação Puxirão dos Faxinalenses, ela tá’ hoje distribuída em núcleos por varias regiões do estado. O movimento é construído a partir da base, são as comunidades que ‘constrói’ o núcleo e esses núcleos somam com os demais e aí fazemos o movimento dessa forma” (Faxinalense J/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Nós achávamos que nós no mínimo ‘tinha’ que nos ‘conhecer’ com todos os povos tradicionais do Paraná. Nós não conhecíamos uns aos outros, mas temos muita coisa em comum, da nossa forma de viver, os nossos costumes tradicionais, muita coisa em comum. Então fizemos aí, propusemos um primeiro encontro em 2008 na região de Guarapuava, chamando todos os povos tradicionais do Paraná pra esse encontro, e o povo viu e foi no encontro e lá nós criamos a rede Puxirão. É um espaço, não é uma organização, é um espaço que proporciona um debate entre todos os povos do Paraná, pra discutir as suas demandas, suas políticas, seus conflitos, encaminhar pautas coletivas junto ao governo” (Faxinalense J/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Operamos ações coletivas no movimento social da APF para defesa dos faxinais, por meio do reconhecimento dos sujeitos faxinalenses e do território que envolve nossa existência” (Documento “Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses”/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“O movimento é um espaço onde nós colocamos nossas angústias, nós lutamos, fazemos resistência, mas de uma forma organizada, não só na comunidade, no Faxinal, mas numa luta mais coletiva de outros faxinais, mostrando mais força” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro”/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Com o apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares, uma associação sediada em Iratí, os primeiros faxinais começaram a se unir no Puxirão, que caminha a passos lentos, porém firmes” (Reportagem “Em busca de uma identidade”/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Em reação a outras ameaças à perenidade dos territórios, lideranças faxinalenses de vários municípios criaram, em 2005, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses. Bem antes de o Puxirão existir, alguns líderes locais já trabalhavam pela melhoria das condições de vida de sua comunidade sem romper com os preceitos de um Faxinal” (Reportagem “Terra em transe”/Mapa 6).</i></p>
<p><i>“Se a gente não se juntar, não somar esforços, não fazer parcerias com quem nos entende não adianta fazer parcerias com instituições ou pessoas que não compreendem o jeito especial de ser” (Vídeo “Imbituba Paraná, Rede Puxirão”/Mapa 6).</i></p>

Fonte: Dados coletados pelos autores (2014).

Portanto, a preocupação com o coletivo é evidente no discurso exposto. O movimento de articulação dos faxinalenses no limite de suas comunidades ou entre diferentes Comunidades Tradicionais de Faxinais existentes no Paraná revela em sua dimensão social uma intenção clara de promoção do ser humano, intento percebido tanto nas reivindicações delimitadas, como no processo de construção dessas demandas que refletem os interesses coletivos dos faxinalenses. O próprio

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

contexto de gênese do movimento de reação e resistência das comunidades faxinalenses frente à tensão entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva intrínseca à proteção e à manutenção do território comunitário reflete uma prática social comunitária em que as pessoas contribuem de forma coletiva com as reflexões e ações.

Assim, concretizada como um movimento comunitário de base à organização da resistência se estabelece em reuniões realizadas nas comunidades, sendo os apontamentos transmitidos aos núcleos regionais, que representam grupos de comunidades, e na sequência expostos nas reuniões da Rede Puxirão, que envolve a integração de todas as comunidades faxinalenses do Paraná. Demandas e expectativas que refletem o interesse do grupo. Desse modo, o movimento de reação e resistência, ainda que inserido no contexto da Sociedade de Mercado, demonstra uma organização alinhada aos elementos culturais que constituem a identidade faxinalense.

Esse espaço de organização da resistência age ainda no reforço dos laços de confiança entre os faxinalenses. Confiança entre as pessoas e crença na possibilidade de solução das dificuldades que têm sido enfrentadas pelos Faxinais em relação à manutenção de seu modo de vida tradicional e de proteção dos territórios comunitários.

Tal fato se revela no discurso pela manifestação dos faxinalenses que percebem essa articulação como um espaço que permite a exposição e o compartilhamento de anseios e angústias entre as pessoas. O movimento de articulação dos faxinalenses representa a valorização de conhecimentos e práticas atribuídos às minorias, constituindo, como apontou Santos (2008; 2010), um movimento de baixo para cima amparado por valores sociais coletivos. Movimento que pode, na concepção de Guerreiro Ramos (1989), ser representado como o rompimento com a hegemonia de princípios utilitaristas defendidos pela Sociedade de Mercado.

### **Considerações Finais**

O presente estudo teve como propósito central a compreensão da tensão entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva intrínseca à proteção e à manutenção do território comunitário no contexto das comunidades faxinalenses, discutindo para tanto elementos e princípios atrelados ao processo de mobilização e resistência dos Faxinais.

Portanto, cabe salientar que historicamente o surgimento do movimento de mobilização, resistência e luta dos faxinalenses está delimitado por um contexto que, em parte resulta do processo de desarticulação do modo de vida tradicional que vem sendo vivenciado pelas Comunidades Tradicionais de Faxinais. De outro modo, está circunscrito a um momento que

corresponde à maior visibilidade proporcionada aos faxinalenses pelo crescente interesse de pesquisadores, que a partir da década de 1980, com o texto seminal de Chang (1985), passaram a estudar aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais e políticos relacionados a esses grupos.

Assim, publicações decorrentes desse crescente interesse científico pelos Faxinais, integradas aos primeiros dispositivos legais atribuídos aos Faxinais teriam contribuído para um processo de conscientização dos faxinalenses. O conhecimento acerca de sua cultura histórica e do processo de desagregação pelo qual as comunidades estariam passando moldaram a ação de defesa dos interesses faxinalenses em resposta às imposições decorrentes da Sociedade de Mercado.

Os princípios desse movimento corroboram com as reflexões de Guerreiro Ramos (1989) acerca da Teoria da vida Humana Associada, uma vez que, representam no caso das Comunidades Tradicionais de Faxinais, o esforço pela retomada de valores humanos como foco central das demandas sociais, econômicas, ambientais e políticas, restabelecendo-se a essência da vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva.

Considerando-se ainda a questão do momento histórico, outro aspecto relevante que deve ser pontuado, diz respeito ao fato de que embora o discurso de mobilização e resistência corresponda aos interesses e anseios das Comunidades Tradicionais de Faxinais, a organização do movimento originou-se num contexto dominado pelos propósitos hegemônicos da Sociedade de Mercado. As organizações inseridas na conjuntura do modo capitalista de produção, historicamente, têm interpeladas, considerando uma assimilação relativa, suas práticas de organização e gestão ao pensamento administrativo moderno. Nesse contexto, o homem é conduzido ao nível de recurso, tendo sua subjetividade controlada por mecanismos condicionados aos interesses utilitaristas da racionalidade instrumental dominante na Sociedade de Mercado.

Portanto, ainda que sejam percebidas ações correspondentes aos interesses do grupo, a participação efetiva de forma conjunta dos faxinalenses apresenta-se segmentada. Embora esteja nítido o movimento de reação e resistência coletiva dos faxinalenses, alguns elementos reforçam a manifestação da tensão intrínseca à proteção e à manutenção do território comunitário no contexto das comunidades faxinalenses, que se constitui na fragilidade de organização do movimento de mobilização e de reação coletiva nos Faxinais.

A participação ativa tende a ocorrer entre aqueles faxinalenses mais antigos, cujos familiares sobreviveram das atividades realizadas nos territórios comunitários, ou entre aqueles que são escolhidos como representantes das comunidades nos conselhos, por acompanharem com maior proximidade os debates e as discussões acerca da realidade vivenciada pelas comunidades faxinalenses no Paraná.

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

Entre os mais jovens, o desinteresse pelas questões que envolvem as comunidades é comum. Internamente revela-se uma realidade em que as pessoas não se preocupam em manter vivas as tradições, os conhecimentos e as práticas que por anos têm constituído o cotidiano das comunidades. Conseqüentemente, quando o assunto diz respeito a questões externas, como a participação em reuniões com representantes públicos, também não demonstram interesse em assumir uma postura de luta e de reivindicação.

Desse modo, percebe-se um contexto em que a resistência de uma forma tradicional de organização comunitária reflete o embate entre o modo substantivo e o modo instrumental de agir, delimitando a manifestação da tensão entre racionalidades, corroborando com as reflexões teóricas de Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1996; 1997), bem como com os resultados empíricos apresentados pelos estudos de Santos (2012) e Siqueira (2012).

Nesse sentido, a tensão se manifesta na medida em que, de um lado existe uma articulação originada nas bases das comunidades que se propõem a defender os interesses coletivos dos faxinalenses e proteger o livre acesso e uso dos territórios comunitários. Em contraposição, muitas vezes, por um envolvimento constituído por laços frouxos de participação, de acordo com as proposições de instituições públicas e privadas, acabam cedendo com facilidade e enfraquecendo a organização do movimento de mobilização e resistência.

A dificuldade de se constituir um movimento coletivo de resistência dos faxinalenses estaria assim relacionada às transformações vivenciadas pelas comunidades nos últimos anos, marcadas pela substituição de uma lógica substantiva de percepção e condução do cotidiano, por um comportamento ditado pela lógica instrumental, atrelada ao interesse utilitarista das ações. O pensamento individualista passa a compor a atitude das pessoas, substituindo uma personalidade coletiva marcada historicamente por valores humanos e laços afetivos de solidariedade e comunhão.

Finalmente, a tensão intrínseca à proteção e à manutenção do território comunitário nos Faxinais, atrelada ao discurso da mobilização e resistência traduz-se em um movimento de organização da articulação dos faxinalenses inserido em um embate constante entre valores e costumes tradicionais e princípios utilitaristas da modernidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, J. M. **Importância ecológica, sócio-cultural e histórico do Sistema de Faxinal no município de Rebouças, como meio de produção auto-sustentada**. Monografia (Pós-graduação em Instrumentalização para o Ensino de Ciências). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Irati/Paraná. Irati, 2000.

ANDRADE, M. C. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

BARRETO, M. **A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital**: espacialidades distintas na extração da erva-mate na região da floresta com Araucária do Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2008.

BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences**. Boston: Pearsons, 2007.

BERTUSSI, M. L. **Liberdade para criar**: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de Faxinal do Paraná. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.

BRANCO, J. F. Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira. (Esboço de problemática). **Análise Social**, vol. XIX (77-78-79), p. 635-644, 1983-3º, 4º 5º.

BRANDT, M.; CAMPOS, N. J.; Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 43-64, Jan./Jun., 2008.

CAMPIGOTO, J. A.; BONA, A. N. A hermenêutica e a origem dos faxinais. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 127-153, Inverno, 2009.

CARVALHO, F. N. A Racionalidade Organizacional na Perspectiva do Desenvolvimento: Uma Análise de Distintas Concepções Organizacionais. In: II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, ... **Anais**, II Colóquio, 2012.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do PR. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.

COLACO, T. L.; SPAREMBERGER, R. F. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, p. 207-230, 2010.

CORBETTA, P. **Social research**: theory, methods and techniques. London: Sage, 2003.

COSTA FILHO, A.; ALMEIDA, R. A.; MELO, P. B. O MDS e os Povos e Comunidades Tradicionais – Texto complementar. In: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – MDS.



## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

(Org.). **Capacitação de conselheiros de assistência social**: guia de estudos. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS, 2009.

DENZIN, N. K; LINCOLN Y. S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIEGUES, A. C. **Deforestation and livelihoods in the brazilian Amazon**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1997.

DIEGUES, A. C. **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1999.

DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2004.

DIEGUES, A. C. **The myth of untamed nature in the brazilian rainforest**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1998.

DOMINGUES, Z. H. **Hierarquização dos Faxinais inscritos no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e uso especial, visando ao ICMS Ecológico**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Programa de Pós-graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 1999.

DORETTO, M. **Caracterização do Processo de Diferenciação Camponesa na Modernização Capitalista**: o caso da microrregião colonial de Irati – PR. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1991.

ESTEVA, G. Development. In: W. SACHS, W. (Ed.). **The development dictionary**: a guido do knowledge as power. New York: Zed Books, 2010.

ESTEVA, G.; PRAKASH, M. S. Beyond development, what?. **Development in Practice**, v. 8, n. 3, August, 1998.

GAPINSKI, I.; CAMPIGOTO, J. A. A dança de São Gonçalo nos faxinais de Rio Azul/PR. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Ponta Grossa, v. 1, n. 3, p. 43-69, Set./Dez., 2010.

GODOI, C. K. A Perspectiva da Interpretação Social dos Discursos - uma Prática de Análise dos Discursos Motivacionais na Aprendizagem com Base nos Atos da Fala, Enunciação e Contexto. In: Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração, Rio de Janeiro ... **Anais**, XXXII Enanpad, 2008.

GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRZEBIELUKA, D. Por uma Tipologia das Comunidades Tradicionais Brasileiras. **Revista Geografar (UFPR)**, Curitiba, v. 7, p. 116-137, 2012.

**NORUS – v3, n.4, jul - dez 2015.**

GUERREIRO RAMOS, A. **A Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2007.

HAURESKO, C. Faxinais na região Centro-Sul paranaense: aspectos físico-ambientais, mudanças, continuidades e extinção. In: 7º Colóquio de Transformações do Comitê Acadêmico de Desenvolvimento Regional da AUGM, Curitiba ... **Anais**, Colóquio de Transformações Territoriais. Curitiba: Esplendor, 2008. v. 1.

HERACLEOS, L. **Discourse, Interpretation, Organization.** Cambridge, 2006.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital: 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

INIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004.

LANG, A. B. S. G. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. B. **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

LE GOFF, J. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEMES, E. C.; LÖWEN SAHR, C. L. Da subsistência do Sistema Faxinal a subordinação a agroindústria do fumo: a desagregação do Faxinal dos Lemes no município de Ipiranga – PR. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Arioaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente ... **Anais**, Simpósios, 11 a 15 de novembro de 2005.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 251-290, 2002.

LÖWEN SAHR, C. L. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 213-226, Jul./Dez., 2008.

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com Araucária no Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.

NEIVERTH, N.; LÖWEN SAHR, C. L. Reflexões em torno de políticas e ações governamentais na comunidade faxinalense Taquari dos Ribeiros (Rio Azul/PR). In: XVI Semana de Geografia XI

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

Jornada Científica de Geografia e V Encontro do Saber Escolar e Conhecimento Geográfico, Ponta Grossa ... **Anais**, Semana de Geografia, 2005.

NERONE, M. M. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950-1997. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – Unesp, Assis/SP, 2000.

NEUMAN, L. W. **Social research methods**: qualitative and quantitative approaches. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

NOVAK, R.; FAJARDO, S. Desintegração e Resistência do Sistema Faxinal em Itapará – IRATI – PR. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, Irati, Ed.4, 2008.

OLIVEIRA, D. A. de. Faxinais no município de Prudentópolis - PR: perspectivas históricas. In: XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR, Jacarezinho ... **Anais**, XI ANPUH, 21 a 24 de Maio de 2008.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RUPP, M. L. T.; MARTINS, V. Mudanças culturais nos Faxinais. In: SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. **Estudos em história cultural na região Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

SACHS, I. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, 1997.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, S. L. **A Tensão Entre a Racionalidade Substantiva e a Racionalidade Instrumental na Gestão Pública**: Novos Caminhos de um Campo de Estudo. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 2, p. 253-272, 2009.

SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SCHUSTER, W. T. **A formação dos Faxinais na região Centro Sul do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa/PR, 2010.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN Y. S. (Org). **O Planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Crescimento Organizacional: Uma Ideologia Gerencial?. **RAC. Revista de Administração Contemporânea** (Impresso), Curitiba, v. 19, p. 127-141, 2015.

SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Faxinais**: um modelo de desenvolvimento auto-sustentado. Curitiba: SEPL, 1994.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30. Abr./Jun., 1997.

SERVA, M. R. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.

SHIRAISHI NETO, J. O direito dos povos dos Faxinais: as interpretações e as interpretações jurídicas. In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

SILVA JUNIOR, G. L.; SOUZA, R. M. As comunidades tradicionais e a luta por direitos étnicos e coletivos no Sul do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito, UFG**, v. 33, n. 2, p. 128-142, Jul./Dez., 2009.

SILVA, M. **A contribuição da floresta de Araucária para sustentabilidade dos Sistemas Faxinais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2005.

SIQUEIRA, G. M. V. **Tensão Entre as Racionalidades Substantiva e Instrumental na Gestão de Ecovilas**: Novas Fronteiras do Campo de Estudos. Novos Caminhos de um Campo de Estudo. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SOBRINHO, J. S. **Brejos da Barra/BA**: comunidades camponesas no processo de desenvolvimento no Vale do São Francisco. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOUZA, R. M. Fronteiras e passagens: a construção da identidade faxinalense. I Seminário Nacional Sociologia & Política ... **Anais**, Sociologia & Política, Curitiba, 2009.

SOUZA, R. M.; BERTUSSI, M. L. **Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais**. Irati, 05 e 06 de agosto de 2005. Irati, PR: IAP, 2005. 133 p.

SOUZA, R. M.; SEIDEL, K. Q. **Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses**: no direito ou na luta, essa terra é Faxinalense. Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses, 28 a 30 de agosto, Irati, PR. Irati, PR: [s.n.], 2009.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**:

## **A Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção do Território Comunitário em Formas Não Convencionais de Organização: Os Faxinais**

aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 (Edição Virtual).

SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. G. G. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: Apontamentos Metodológicos para a Análise de Discursos sobre a Saúde e a Doença. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 (Edição Virtual).

SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. A Pesquisa como Prática Discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 (Edição Virtual).

TAVARES, L. A. **Campesinato e os Faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2008.

TOLEDO, I. A. Representações e práticas culturais do Sistema Faxinal. In: SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. **Estudos em história cultural na região Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

TÚLIO, E. **O sistema Faxinal: o ápice e o declínio de uma experiência coletiva de vida no campo**. Monografia (Especialização em História do Brasil). Curso de Pós-Graduação do Ensino de História do Brasil, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2004.

VIDAL, F. A. B.; MENEZES, M. I. C. B. B.; COSTA, D.; COSTA, S. P. B. Gestão Participativa e Voluntariado: Sinais de uma Racionalidade Substantiva na Administração de Organizações do Terceiro Setor. In: XXVIII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração e Contabilidade, Curitiba ... **Anais**, Enanpad, 2004.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.